

Intervenção

Isenção de IMT sobre terrenos das Centrais do Bonfim e Santo Isidro

A proposta da maioria para isenção de IMT sobre dois terrenos sítos às Ruas de Barros Lima e de Santo Isidro, nos quais estão implantados as Centrais do Bonfim e Santo Isidro, vem justificar as questões colocadas pelo PS na anterior sessão da Assembleia Municipal que aprovou a privatização das Águas do Porto e que não mereceram qualquer esclarecimento por parte da maioria. Esta proposta levanta a montante outras interrogações que não são meramente contabilísticas. Coloco assim questões muito directas ao presidente da autarquia:

- 1. Qual a base de cálculo para o capital social da empresa?** A soma do património líquido dos SMAS com a transferência dos bens imóveis corresponde a 92,1 milhões de euros. Há uma inexplicável discrepância superior a 2 milhões de euros.
- 2. Porquê fazer esta alteração agora, isto é, integrar na empresa os terrenos que antes estavam no município, sobretudo no momento em que existe uma proposta de privatização?**
Ao enquadramento desta questão subjazem duas dúvidas:
 1. A nota 20/2011 da Direcção Administrativa e Financeira da Empresa Águas do Porto foi emitida antes ou depois da proposta de privatização?
 2. Se a reserva do Revisor Oficial de Contas já data da certificação legal de 31/12/2006, porquê só proceder à sua regularização após 5 anos?
- 3. Qual foi a base de avaliação dos bens detidos pelo município que são descritos nesta proposta, nomeadamente a rede de drenagem e os terrenos?** O PS exige ter acesso ao parecer especializado que seguramente enquadrou o valor tão específico de 9.790.884,30€.
- 4. A duplicação de registos contabilísticos entre o município e esta empresa municipal, tendo obviamente de ser regularizada, tem todavia um efeito mutuamente exclusivo entre os ambos os perímetros de consolidação. O mesmo já não é válido se atendermos, como é o caso, à privatização desse património, com impacto directo no activo fixo tangível da empresa. Isto é, através da realização em espécie de entradas com os terrenos das centrais, existe uma valorização patrimonial da parcela a privatizar: isso será reflectido na proposta que a maioria PSD/CDS aprovou na anterior sessão da Assembleia Municipal do Porto, atendendo também aos valores muito consideráveis da isenção da despesa fiscal?**

Nota: Nenhuma questão foi respondida pela maioria, que se furtou ao debate. A proposta foi aprovada com os votos do PSD e do CDS, sem esclarecimentos sobre o impacto para o município.

Tiago Barbosa Ribeiro

Partido Socialista

12/12/2011